

Administração do Negage entregue ao Governo de Angola

Mais 30 dias para a UNITA

PÚBLICO, 30.9.97

Jorge Hector

Num esforço de apaziguamento, a UNITA, além de outras medidas tomadas nas últimas semanas, abriu mão de uma das suas praças fortes, o Negaje. Conseguiu assim que as Nações Unidas suspendessem por 30 dias a aplicação de um pacote de sanções que iria servir como incentivo para um maior respeito do Protocolo de Lusaca. Em Lisboa, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros vai amanhã ao Parlamento falar sobre Angola.

A UNITA entregou ontem à administração central angolana a importante base aérea de Negaje, na província do Uíje, no Norte do país, enquanto as Nações Unidas suspendiam por 30 dias as novas sanções que estavam na disposição de aplicar àquele partido se ele não fosse mais lesto na aplicação do Protocolo de Lusaca, assinado há três anos.

O representante do Galo Negro em Portugal, Isaac Wambembe, declarou ao PÚBLICO que não foi só a entrega da cidade e base de Negaje que levou a ONU a reconsiderar, mas antes todo um esforço que teria sido feito desde Agosto para se dar resposta cabal ao que a comunidade internacional pretende do grupo liderado por Jonas Savimbi.

Wambembe disse que hoje será a passagem do centro diamantífero de Cuango, na província da Lunda Norte, para a administração estatal, ficando para mais tarde os municípios de Mavinga (Cuango Cubango), Andulo (Bié) e Bailundo (Huambo): "O processo de Angola é muito complexo, mas nós já entregámos quase 90 por cento do território que tínhamos em nosso poder. Paulatinamente, tudo se irá resolvendo."

Na sequência da decisão tomada pelo Conselho de Segurança de atrasar por um mês a aplicação das previstas sanções quanto a voos, documentos de viagem e escritórios da UNITA no estrangeiro, o embaixador de Portugal na ONU, António Monteiro, explicou à emissora TSF que se trata de dar mais algum tempo à direcção de tal partido para que cumpra o que se lhe pede, no sentido da desmobilização de homens armados e da entrega de território.

O Conselho tomou tal atitude na sequência de mais uma reunião, horas antes, em Nova Iorque, da "troika" de observadores do processo angolano (Estados Unidos, Rússia e Portugal), reunião essa que concluiu pela conveniência de se dar ao partido de Jonas Savimbi mais um mês para desmilitarizar todas as suas forças, transformar a Vorgan numa emissora privada nitidamente apertidária e levar a administração central a todos os pontos do território.

Forças residuais

De acordo com uma fonte da "troika" ouvida pelo PÚBLICO, o caso da rádio já não apresenta praticamente qualquer problema, a administração do Estado já foi levada a 87 das 139 localidades que se pretendia e resta agora, sobretudo, o problema das forças residuais da UNITA, uma espécie de "Se-

gundo Exército", mesmo que de dimensões muito controversas, tanto podendo ter 6000 como 10.000 ou mais homens.

No último mês o Galo Negro apresentou à verificação internacional cerca de 4000 homens, com perto de 3500 armas e 50.000 munições, mas só pouco mais de metade dessas armas é que estavam perfeitamente operacionais.

Por outro lado, o que é considerado mais grave pelas Nações Unidas e pela "troika" de observadores, nenhuma grande peça de artilharia nem qualquer equipamento de comunicações têm vindo a ser entregues à Missão de Observação em Angola (MONUA), excepção feita a uns quantos morteiros e a algumas dezenas de lanca-rockets.

No caso concreto do Negaje, os observadores crêem que possa ter havido retiradas táticas, com passagem de homens armados da UNITA para outras zonas. E no do riquíssimo vale do Cuango só se deverá verificar hoje a transferência formal de poderes para as autoridades centrais depois de Jonas Savimbi ter recebido nas últimas semanas garantias de Luanda de que quadros do Galo Negro poderão continuar a ter um papel de relevo na exploração dos recursos diamantíferos de Angola.

Debate em São Bento

Tendo em conta que Portugal, além de antiga potência colonizadora é também um dos membros da "troika", a comissão parlamentar de Negócios Estrangeiros, presidida pelo comandante Azevedo Soares, do Partido Social Democrata, vai amanhã de manhã ouvir uma exposição do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Lamego, sobre o que se está presentemente a passar em Angola.

Lamego esteve quinta-fei-

ra da semana passada a participar, em Nova Iorque, numa reunião tripartida sobre a conveniência ou não de as novas sanções entrarem imediatamente em vigor; e na próxima semana fará mais uma das suas habituais visitas a Luanda, acompanhado por alguns dos funcionários que vão preparar a viagem do primeiro-ministro António Guterres.

Em princípio, Guterres deverá permanecer em Angola de 21 a 25 de Outubro, não só na capital como noutras localidades, estando aparentemente a envidar esforços no sentido de não só ser recebido pelo Presidente José Eduardo dos Santos, conforme está garantido que será, como também de eventualmente vir a poder dialogar com Savimbi.

Entretanto, a UNITA continua a dizer que não é só ela que tem obrigações para com o povo angolano e para com a paz, devendo a comunidade internacional fazer de igual modo pressão sobre as autoridades de Luanda para que estas sejam verdadeiramente fiéis ao espírito do Protocolo de Lusaca.

Falando à TSF, o porta-voz do escritório da UNITA em Portugal, Rui Oliveira, afirmou ontem ao fim do dia que as Forças Armadas Angolanas ainda terão cerca de 80.000 homens a desmilitarizar, para além de ser desejável que promovam o desarmamento de uma grande parte da população civil, de modo a que efectivamente haja mais segurança no país, muito em especial na área da capital.

A falta de segurança em Luanda tem sido precisamente um dos pretextos várias

Continua na pág. seg.

UNITA entregou Cuango à administração governamental

Acordo secreto para os diamantes

PÚBLICO. 1.10.97

Bárbara Reis,
em Nova Iorque

Depois do Negaje, Savimbi entregou o Cuango, a zona das minas de diamantes, que geram uma produção de milhões de dólares anuais. O novo prazo para a aplicação das sanções à UNITA é 30 de Outubro, mas ainda faltam três áreas estratégicas e a desmilitarização.

A UNITA entregou ontem à administração do Estado o município do Cuango, o centro de minas de diamantes de Angola e por isso uma das zonas mais estratégicas do país. "A cerimónia correu bem, sem quaisquer incidentes", disse ao PÚBLICO o chefe da missão de Portugal na ONU, o embaixador António Monteiro. "Estamos contentes e agora só esperamos que o processo continue."

Estiveram presentes, como previsto e como aconteceu na segunda-feira na entrega do Negaje, membros da Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), da tripla de observadores, Portugal, EUA e Rússia, e do Governo de Luanda.

A produção de diamantes de Angola é calculada em mais

de mil milhões de dólares anuais, e só o vale do Rio Cuango forneceria 60 por cento dos rendimentos da organização de Jonas Savimbi.

Por isso, muitos diplomatas têm repetido que, sem um acordo de divisão dos rendimentos dos diamantes, a aplicação do Protocolo de Lusaca, o acordo de paz assinado há

três anos, não avançaria substancialmente. "Penso que a UNITA e o Governo de Luanda já têm um acordo bastante avançado, pelo menos alinhado", disse o embaixador António Monteiro. "Mas esse é

Continua na pág. seg.

"A aprendizagem da democracia"

ABEL CHIVUKUVUKU, chefe do grupo parlamentar da UNITA, recebeu sem surpresa a notícia do adiamento das sanções contra o seu movimento: "Não considero que tenha sido uma vitória da UNITA, o importante é que a comunidade internacional reconheceu o nosso interesse no processo de paz e que ele continua de forma segura. Nós estamos a fazer um grande esforço nesse sentido."

Chivukuvuku admite que dentro do movimento do Galo Negro existem diferentes sensibilidades em relação à forma como está a decorrer, e como deverá prosseguir, a aplicação do protocolo de Lusaca, mas segundo ele "não há ninguém na UNITA que ponha em causa o processo de paz."

O deputado da UNITA lamenta o falhanço das jornadas parlamentares em que deveriam ter participado dirigentes do PP português e de outros partidos europeus: "Um acontecimento deste tipo iria contribuir para o debate nacional. Estamos todos a fazer a aprendizagem da democracia e em democracia é importante o debate."

Abel Chivukuvuku, que sobreviveu por milia-

re aos massacres de Outubro de 1992, em Luanda, tendo sido ferido numa perna, admite viver com algum receio: "Mas não sou apenas eu que corro riscos" — diz. "É toda a gente que se envolve em política neste país. O que é necessário é evoluir para uma cultura onde ninguém tenha a vida ameaçada por fazer política".

A Televisão Popular de Angola (TPA) abriu o noticiário das 20h30 de segunda-feira afirmando que só no dia seguinte se saberia a decisão do Conselho de Segurança relativamente às sanções contra a UNITA. Essa notícia já era conhecida há mais de quatro horas e a própria rádio nacional a tinha divulgado no noticiário das 20h00.

Em entrevista à TPA, e mesmo sem saber o resultado, um dirigente da FNLA pronunciou-se a favor do seu adiamento, uma vez que "não tendo havido incumprimento total, não convém interromper o processo". Esta opinião é partilhada pela generalidade dos dirigentes políticos dos restantes partidos da oposição não armada com quem o PÚBLICO conseguiu falar. ■

José Eduardo Agualusa, em Luanda

Continuação da pág. anterior

Mais 30 dias para a UNITA

vezes invocados por Jonas Savimbi para não se transferir para lá, a partir dos seus feudos de Andulo e Bailundo, onde se considera muito mais protegido da eventualidade de atentados contra a sua

vida.

No entanto, numa entrevista publicada sábado no "Expresso", o líder da UNITA já admitiu a possibilidade de até ao fim do ano se resolver finalmente a ir viver para a

capital, de onde se retirou em Outubro de 1992, após o desaire eleitoral.

Savimbi ficou em segundo lugar nas presidenciais e espera ainda a oportunidade de vir a disputar — mais de cin-

co anos depois — a segunda volta dessas eleições, com José Eduardo dos Santos, que foi o mais votado mas não chegou a conseguir 50 por cento dos boletins escrutinados. ■

A resolução aprovada

"O Conselho de Segurança,

Recordando a sua Resolução 696 (1991), de 30 de Maio de 1991, e todas as subsequentes resoluções, e em particular a Resolução 1127 (1997),

Notando o relatório do secretário-geral de 24 de Setembro de 1997 (S/1997/741); e a subsequente informação sobre as medidas tomadas pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA),

Actuando de acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

1. Sublinha a necessidade de a UNITA cumprir plenamente com todas as obrigações estabelecidas na Resolução 1127 (1997);

2. Decide que a entrada em vigor das medidas especificadas no parágrafo quatro da Resolução 1127 (1997) deve ser adiada até às 00.01 horas de 30 de Outu-

bro de 1997 (tempo da costa oriental dos Estados Unidos);

3. Afirma a sua disposição de rever a posição das medidas referidas no segundo parágrafo desta resolução, e de considerar a imposição de medidas adicionais de acordo com os parágrafos oito e nove da resolução 1127 (1997);

4. Decide continuar activamente debruçado sobre este assunto." ■

Continuação da pág. anterior

Acordo secreto para os diamante

um assunto privado entre a UNITA e o Governo.”

Não é segredo que houve progressos recentes em relação à divisão dos diamantes e que as negociações estão a decorrer, mas as duas partes têm sido particularmente reservadas quanto à questão. Na semana passada, em contactos que fez nos EUA, o representante da UNITA na Comissão Conjunta encarregada de implementar o Protocolo de Lusaca, Isaias Samakuva, disse que “as coisas estão a correr bem”, que este “é um processo em curso” e que “houve progressos”.

Por não fazer parte das condições formais do Protocolo de Lusaca, nenhum diplomata de nenhum país envolvido no processo de Angola gosta de falar sobre diamantes. Mas é óbvio, na sede das Nações Unidas, que o novo prazo de mais um mês, até 30 de Outubro, aprovado na segunda-feira pelo Conselho de Segurança para que a UNITA cumpra os compromissos de Lusaca, é visto também como o prazo para que se chegue a acordo sobre a partilha dos diamantes e os recursos económicos em geral.

Admite-se aliás que a eventual existência de um acordo final foi a razão que terá levado o Governo de Luanda a não enviar nenhum emissário especial aos EUA na semana passada, facto notado na sede da ONU.

Normalmente, seria de esperar que, num período crítico como o da semana passada —

véspera do fim do prazo para as sanções da ONU contra a UNITA entrarem em vigor — Luanda enviase emissários de alto nível. Quando foi aprovada a criação, para 1 de Julho, da MONUA, e depois, a 28 de Agosto, quando o Conselho de Segurança votou o pacote de sanções contra a UNITA, Luanda enviou o assessor presidencial Victor Lima e o general Higinio Carneiro. Na semana passada, porém, só esteve em Nova Iorque o ministro dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, que, apesar de ter feito contactos bilaterais, se deslocou pela mesma razão de dezenas de colegas — a abertura da 52ª Assembleia Geral da ONU.

A UNITA, por outro lado, enviou uma equipa chefiada pelo “embaixador” Samakuva, que esteve em Washington e em Nova Iorque, teve contactos com membros do Congresso norte-americano, com o Departamento de Estado, com empresários americanos e com alguns ministros, nomeadamente o português Jaime Gama, dos Negócios Estrangeiros.

Especula-se agora em Nova Iorque sobre a razão desta tranquilidade de Luanda, que para alguns significou que o Governo angolano já sabia que a aplicação das sanções ia ser adiada e que tal não era motivo de preocupação. O PÚBLICO não conseguiu contactar o embaixador angolano em Nova Iorque, Afonso Van-Dunem, “M’Binda”, e António

Monteiro limitou-se a comentar que “o Governo de Luanda estava tranquilo e só tem que estar — o Governo percebeu que é melhor ganhar um país e mais confiança com a outra parte com a ajuda da pressão internacional. Por outro lado, a UNITA é que era suposta mostrar o seu empenhamento no processo”.

Outro diplomata, que pediu para não ser identificado, disse que o Governo de Luanda não queria arriscar travar o processo da administração do território, que tinha informações de que a UNITA ia entregar localidades estratégicas e não queria por isso extremar posições. E, além disso, “consciente da posição americana, não queria colocar-se na posição de linha dura”.

“Diplomacia comercial”

A UNITA perdeu muitos interlocutores nos EUA e a administração de Bill Clinton não só normalizou as relações diplomáticas com Luanda (como é prova a recente visita de uma delegação empresarial de alto nível a Luanda), como está a desenvolver a chamada “diplomacia comercial”. Mas também é verdade que a UNITA mantém um “lobby” relevante em Washington, com contactos no gabinete de Jesse Helms, presidente do Comité senatorial das Relações Externas, e nos subcomités de África da Câmara dos Representantes.

Além disso, Angola fornece sete por cento do petróleo impor-

tado pelos EUA e em breve poderá ultrapassar a Nigéria, que fornece 11 por cento, e as empresas petrolíferas norte-americanas exploram mais de 60 por cento do petróleo angolano.

O que ninguém discorda é que, tanto Luanda como a “tróika” e o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, queriam aproveitar “a dinâmica” e o momento político criado nas últimas semanas.

Com a pressão das sanções da ONU, a UNITA avançou, em poucos dias, em áreas que, em três anos, e sobretudo desde a aprovação das sanções, no fim de Agosto, não dera sinais de cedência. “Coisas quase impensáveis há duas semanas”, como disse o embaixador António Monteiro. “O que é importante é que passamos da inação para passos substanciais. A 30 de Outubro, provavelmente, ainda haverá áreas por resolver, mas o que conta para o Conselho de Segurança é que nessa altura seja claro que não é possível regressar à guerra de um momento para o outro”, disse o embaixador.

Após a entrega do Negatje e do Cuango, faltam agora mais três áreas estratégicas: os municípios de Mavinga (a base militar no Sul), Andulo (sede política) e o Bailundo (sede da liderança militar e onde Savimbi vive). Se isso acontecer, esses já não serão “passos substanciais” da UNITA, como agora foi avaliado pelo secretário-geral da ONU, mas sim “passos irreversíveis”, e essa é a condição para o levantamento das sanções. ■

África do Sul Winnie à porta fechada

DEPOIS de uma longa batalha processual, a Comissão Verdade e Reconciliação, que está a proceder a um processo de catarse sobre o passado da África do Sul, decidiu ontem iniciar as audiências à porta fechada de Winnie Madikizela-Mandela, apesar das dificuldades levantadas pela antiga mulher do Presidente da República.

Madikizela-Mandela, que pedira reuniões abertas, só será ouvida em público pela Comissão Verdade e Reconciliação, presidida pelo arcebispo anglicano Desmond Tutu, a partir do dia 24 de Novembro, depois de se ter procedido a uma série de reuniões à porta fechada. A primeira dessas reuniões foi on-

tem e a próxima será no dia 13 de Outubro.

A presidente da Liga das Mulheres do ANC fora convocada ontem de manhã para as sessões fechadas à imprensa, mas houve uma longa batalha processual entre os seus advogados e os da Comissão, sobre a constitucionalidade da convocatória para que a controversa figura se apresentasse a depor.

Em tempos chamada “Mãe da Pátria”, pela sua ligação a Nelson Mandela, que estava preso, Madikizela-Mandela é agora posta em causa em 18 processos.

A lei prevê que se façam sessões à porta fechada a fim de evitar riscos de difamação, ficando

PÚBLICO, 27.9.97

alguém conotado na opinião pública com actos de que ainda não há a certeza que tenha ao certo cometido. Mas os advogados da principal figura feminina do ANC recorreram a toda a espécie de argumentos para contrariar a Comissão Verdade e Reconciliação, chegando mesmo a dizer que não era simpático chamar uma pessoa a prestar contas no dia em que ela completava 63 anos e que deveria estar portanto a celebrar o aniversário.

Um dos casos mais conhecidos no que se refere ao passado de Winnie diz respeito ao assassinio do jovem militante Stompie Seipei, em Dezembro de 1988, depois de ter sido raptado e torturado. ■

Não deixe de assinar

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

É só ligar (021) 531-2636

PP negociou com Governo retirada do protesto

Primeiro-ministro prometeu pedido de explicações a Angola

PÚBLICO, 4.10.97

UM PEDIDO informal de explicações ao Governo angolano, através do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, José Lamego, que para a semana se desloca a Angola, foi ontem prometido à delegação do PP que ontem se reuniu, durante cerca de duas horas, com o primeiro-ministro, para esclarecer a posição do executivo perante o facto de o PP ter sido "desaconselhado" de realizar as jornadas parlamentares conjuntas com a UNITA.

No encontro, que levou a São Bento, Manuel Monteiro, Maria José Nogueira Pinto, Fernandes Thomaz e Krus Abecassis, e em que participou José Lamego e António Costa, ficou combinado que o PP moderaria o tom das exigências em troca da decisão do Governo de pedir explicações ao MPLA e de fazer uma declaração pública em que ficasse clara a compreensão para

com os populares.

Maria José Nogueira Pinto faria, na Assembleia da República, uma intervenção fortemente crítica para com o Governo de Angola. O PS secundaria o PP nas críticas ao MPLA, de cuja adesão à Internacional Socialista foi "padrinho". E por terra cairia o voto de protesto que o PP entregou na mesa da AR e que deveria ser votado na próxima quarta-feira — um protesto que apenas não será apoiado pelo PCP. Ontem, Octávio Teixeira esclareceu ao PÚBLICO que os comunistas votariam contra e argumentou: "Não vemos qualquer razão justificativa suficiente para fazer o voto de protesto."

Face ao combinado e depois de ter ouvido o Governo reconhecer que conhecia oficialmente a realização das jornadas e a "recta intenção" do PP, classificar a primeira reacção de Jaime Gama como um "lapso" e declarar que, se fosse o líder da bancada do MPLA a visitar Lisboa,

seria recebido pelo executivo português, o PP saiu bem-disposto da sala.

Só que, as declarações proferidas no final do encontro por José Lamego parecem não ter satisfeito por completo o líder do PP. Em declaração ao PÚBLICO, Manuel Monteiro afirmou que "se o que o senhor secretário de Estado declarou é apenas aquilo que a comunicação social noticiou, resta-me dizer que aquilo que foi transmitido ao PP foi muitíssimo mais. Ou o secretário de Estado falou e não foi noticiado, ou não falou porque ninguém lhe perguntou, ou o senhor secretário de Estado resolveu omitir aspectos práticos e relevantes sobre os passos a dar. Se assim é, conviria saber porquê."

É que à saída da residência oficial do primeiro-ministro o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros reafirmou que o Governo português "não vai fazer nenhum protesto di-

plomático" junto do Governo angolano. Isto porque este procedimento "seria inusitado e contrário à regra tradicional do relacionamento diplomático".

Mas Lamego reconheceu que a embaixada em portuguesa em Luanda estava a par da realização das jornadas e que o Governo está convencido "de que o PP fez esta iniciativa no bom sentido". Mais, perante a pergunta de quando é que o incidente teria fim, Lamego deixou cair: "Quando a vida parlamentar e política em Angola voltar ao normal, só nesta altura o caso está encerrado."

Já sobre futuras iniciativas governamentais para sanar o diferendo e lembrando que para a semana estará em Luanda, apenas disse: "Na terça-feira, vou à Comissão Conjunta [que regulamenta a paz em Angola] e vou falar com o MPLA e UNITA como sempre o fiz." ■

São José Almeida
com Aníbal Rodrigues
e Ana Lúcia Rodrigues

TAP concorre com dois consórcios na privatização da transportadora

Maputo clarifica corrida às LAM

PÚBLICO, 1.10.97

O CONSORCIO liderado pela TAP vai enfrentar a concorrência de outros dois agrupamentos de empresas na corrida para a privatização de 51 por cento do capital social das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM). Esta informação, prestada ontem à Lusa pelo presidente da comissão executora da privatização da companhia, Estêvão Uamusse, clarificou um processo em que os portugueses chegaram a ser os

únicos interessados.

No entanto, a delegação da TAP que na segunda-feira entregou em Maputo o caderno de encargos para a operação de privatização teve companhia. Dois outros consórcios, liderados pela Air Mauritius e pelos britânicos da West End Aeronautics, também aproveitaram o último dia do concurso, ao contrário da South African Airways, que desistiu de alargar a sua influência na África

Austral através das LAM.

Caso a proposta do seu consórcio seja aceite pela comissão executora da privatização, a TAP passará a ser o segundo maior accionista da transportadora aérea (com 12,5 por cento do capital social), ficando apenas atrás do Estado de Moçambique, que mantém 49 por cento das acções. Entre os integrantes do consórcio também se encontram a Caixa Geral de Deposi-

tos e as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico e parceiros moçambicanos, como a JV-Consultores e a seguradora Impar.

As acções abrangidas pelo processo de privatização foram avaliadas em 22,1 milhões de dólares (3,961 milhões de contos ao câmbio actual), embora o valor desça um milhão de contos caso se exclua um Boeing 767-200 detido pela transportadora aérea. ■

UNITA vai para Luanda

PÚBLICO, 1.10.97

UMA DELEGAÇÃO de alto nível da UNITA chegará em breve a Luanda para preparar a instalação de uma nova sede do movimento. "Vamos mudar gradualmente a nossa sede nacional para Luanda", disse Horácio Junjjuvili, vice-representante da UNITA no processo de paz. "Dentro de dias, uma delegação de alto nível chegará à capital, liderada por Correia Vitor, o nosso vice-secretário-geral. Será o primeiro passo para que a nossa sede se mude do Bailundo para Luanda", infor-

mou o quadro do movimento na capital angolana. O Bailundo, a principal cidade do planalto central angolano, é onde o líder da UNITA, Jonas Savimbi, passa a maior parte do tempo, podendo também residir no Andulo, uma localidade vizinha. "O plano é fazer com que o dr. Savimbi venha para Luanda", referiu Junjjuvili. Savimbi não vai a Luanda desde que muitos dos seus seguidores foram mortos, feridos ou presos, em 1992, numa acção do partido do poder, o MPLA. ■

Afro-Notícias

INFORMATIVO ELETRÓNICO

DO CEA

SOBRE O BRASIL

AFRO-BRASILEIRO

estudos

AFRO-ASIÁTICOS 31

já à venda

Ligue (021)531-2636

Secretário-geral adjunto da UNITA chegou ontem a Luanda

A caminho da normalização de Angola

PÚBLICO, 4.10.97

A UNITA vai cumprir a sua obrigação de respeitar integralmente o Protocolo de Lusaca até ao dia 30 de Outubro, conforme estipulou o Conselho de Segurança das Nações Unidas, declarou ontem o secretário-geral adjunto daquele partido, Correia Victor, ao chegar a Luanda para aí preparar a reinstalação do mesmo, após os sangrentos incidentes do último trimestre de 1992.

"A UNITA não tem qualquer interesse em obstaculizar o processo de paz", declarou Victor, citado pela AFP, numa altura em que se espera que por todo este mês fique enterado o fantasma de um regresso ao clima de guerra que prevaleceu desde o fim de Outubro de 1992; e até à assinatura do Protocolo de Lusaca, no mês de Novembro de 1994.

Desde Abril último, o partido liderado por Jonas Savimbi encontra-se representado no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) e ocupa a bancada que lhe compete na Assembleia Nacional, mas ainda não tem uma sede a funcionar normalmente em Luanda, pois as autoridades

não o querem reconhecer como força política convencional enquanto não entregar todas as armas de que tem disposto e a administração dos municípios que ainda controla.

O embaixador angolano nos Estados Unidos, António dos Santos França, "N'dalu", que já foi Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, declarou no fim de Setembro, em Washington, estar o Governo de Luanda satisfeito por a UNITA já ter permitido recentemente a extensão da administração estatal à importante cidade do Negage, onde há uma base aérea, na província do Uíge.

Aquele diplomata manifestou a esperança de que nas próximas semanas o Galo Negro complete a apresentação às Nações Unidas dos homens armados de que ainda dispõe e se disponha a entregar os municípios do Andulo e do Bailundo, onde Savimbi está a viver, nas terras do Planalto Central.

Se acaso a UNITA fizer até ao dia 30 de Outubro tudo aquilo que a ONU deseja, poderá voltar a ter escritórios abertos em todas as cidades de Angola, incluindo Luanda, para onde se espera que o seu líder vá vi-

ver, após uma ausência de cinco anos, iniciada após as eleições legislativas de Setembro de 1992, ganhas pelo MPLA.

Exigências do Galo Negro

Entretanto, o partido de Savimbi, segunda formação política de Angola, exigiu, num comunicado da sua Missão Externa, datado de Paris, o desarmamento da população civil, nomeadamente da chamada "defesa civil", que considera autora de chacinas nas províncias do Uíge, Benguela, Lunda Norte e Huíla.

Por outro lado, pediu o repatriamento dos assessores militares a que chama "mercenários" e a adequação do armamento da Polícia de Intervenção Rápida, vulgo "ninjas", à sua missão normal.

Além disso, solicitou ainda a revisão pela Assembleia Nacional dos símbolos de Angola, nomeadamente o hino e a bandeira, considerados actualmente muito conotados com o MPLA, que desde a proclamação da independência, em 11

de Novembro de 1974, se mantém no poder.

Quanto a UNITA estiver verdadeiramente legalizada como partido político com actividade em todo o país, com sede nacional a funcionar em Luanda, tenciona lutar pela liberdade de imprensa e pedir a organização de uma segunda volta das eleições presidenciais encetadas há cinco anos, pois que nessa altura nenhum dos candidatos conseguiu obter os necessários 50 por cento dos votos expressos.

Durante esta última semana, para além de ter entregue o Negage, o segundo partido de Angola também renunciou à ocupação da região diamantífera de Cuango, na província da Lunda Norte, e de outros municípios pelo país fora, ficando assim com um número reduzido de posições.

Nos últimos cinco anos, o maior país africano de língua oficial portuguesa tem esperado — até agora em vão — pela recuperação de muitas das suas infra-estruturas, de modo a que a economia não continue a assentar apenas na exploração de petróleo e de diamantes. Mas também na produção de ouro, ferro, cobre, chumbo, café, sisal e cana-de-açúcar, entre outras. ■

Jorge Heitor

Pedro Pires, presidente do PAICV, em entrevista ao PÚBLICO

Novo impulso para uma força histórica

PÚBLICO, 5.10.97

Jose Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Pedro Pires, primeiro-ministro de Cabo Verde entre 1975 e 1991, regressou agora à liderança do PAICV, depois de quatro anos de uma retirada estratégica. Eleito presidente do principal partido da oposição cabo-verdiana, revela ao PÚBLICO o que pretende fazer para lhe dar um novo alento, da

mesma forma que analisa as relações luso-cabo-verdianas, tanto a nível governamental como partidário.

O antigo primeiro-ministro cabo-verdiano Pedro Pires declarou ao PÚBLICO que aceitou voltar o mês passado à liderança do PAICV porque "havia a necessidade de unir ou reunir a família". E que pressentiu que com o seu regresso podia dar um impulso novo ao partido e levar para a militância activa um grande número de membros ou simpatizantes que se encontravam afastados.

PÚBLICO — Como compara a situação que encontrou no PAICV com aquela que deixou em 1993, quando cedeu a liderança a Aristides Lima?

PEDRO PIRES — É difícil comparar as duas situações. De todo o modo, há hoje um contexto externo muito mais favorável. Internamente, não se pode pôr de lado a desmotivação que está ou estava na base da insatisfação de uma grande parte dos militantes do PAICV.

P. — E quais são os outros problemas que se colocam hoje ao PAICV?

R. — Não houve entre nós uma adequação da forma de fazer política, seja em relação às mutações que têm tido lugar na sociedade cabo-verdiana, seja na metodologia ou na forma como se faz a comunica-

ção interna e com a sociedade. Um elemento importante para melhorar a "performance" do PAICV reside na formação dos seus quadros, a todos os níveis, para se poder estabelecer correctamente os objectivos e desenvolver um diálogo eficaz e adequado com os cidadãos.

P. — E como vai ser o relacionamento do PAICV quer com o Governo e o partido que o sustenta, quer com as outras forças políticas daqui para a frente?

R. — Com o Governo e o MpD nós estamos abertos para a busca de alguns espaços de consenso, onde possamos desenvolver acções convergentes;

Continua na pág. seg.

Continuação da pag. anterior

Novo impulso para uma força histórica

vamos, ao mesmo tempo, ter que exercer o nosso papel de fiscalizador da acção governativa e procurar ter uma intervenção atempada, através do acompanhamento sério da situação política, económica e social do país.

P. — Tem dito que a democracia cabo-verdiana não está bem. O que é preciso para melhorá-la?

R. — Primeiro é preciso por termo a certas atitudes que vêm da parte do Governo e do partido no poder. É preciso que na função pública prevaleçam os critérios de competência e de mérito na promoção e na colocação dos funcionários, e não critérios políticos; na economia é importante que se dê igualdade de oportunidades a todos os agentes económicos, de forma a que eles não sejam tratados de acordo com as suas simpatias políticas; é preciso que haja uma separação clara entre o que é interesse do Estado e os interesses privados de governantes, na comunicação social é preciso salvaguardar o pluralismo. E, no que diz respeito à justiça, é fundamental que os cidadãos tenham o sentimento que os seus direitos legítimos estão correctamente protegidos.

P. — O Governo cabo-verdiano, em parceria com o governo português, está a estudar a possibilidade da conversão do escudo cabo-verdiano ao escudo português. Qual é a posição do PAICV em relação a este assunto?

R. — Entendemos que cada governo deve defender os seus interesses sem nenhum complexo. A nossa impressão é que se está a avançar com este processo quando Cabo Verde tem dificuldades de reservas externas e quando se fala em programa de ajustamento estrutural, o que significa que Cabo Verde está a negociar a convertibilidade da sua moeda numa posição de fraqueza. Outro elemento a ter em conta é: afinal o que será isso? Será que o Banco de Portugal, ou seja, o tesouro português irá financiar o défice da balança comercial de Cabo Verde? Todo este arranjo teria interesse se houvesse essa possibilidade.

P. — Mas a ideia em si, no geral, de ter uma moeda

convertível noutra moeda é algo que lhe desagrada?

R. — Não, não me desagrada. Basta ver que isso poderá trazer alguma credibilidade à moeda cabo-verdiana, facilitar alguns aspectos das relações económicas de Cabo Verde. Mas é preciso saber quais são as condições em que essas facilidades serão dadas.

P. — Uma das condições, num processo deste tipo, é a perda relativa da soberania do Estado que pede a convertibilidade.

R. — Neste processo há que ver primeiro o que se ganha e o que se perde. Gostaria pessoalmente de saber quais serão as condições que nos vão ser impostas, qual a limitação que Cabo Verde terá em matéria de política fiscal, de política orçamental, monetária e cambial. Precisaria de conhecer os dados concretos para poder dizer se estou de acordo ou estou contra.

P. — Como é que o PAICV encara a contingência de Cabo Verde ser submetido a um ajustamento estrutural, seja ele o modelo do FMI, seja o da União Europeia, que segundo o comissário João de Deus Pinho não terá os mesmos efeitos draconianos de um programa imposto pelo FMI, visto que serão as autoridades cabo-verdianas a estabelecer as medidas a tomar?

R. — Neste aspecto nós somos como S. Tomé: ver para crer. Muitas vezes as posições políticas não têm o apoio do FMI, do Banco Mundial, que são as instituições financeiras que têm um peso grande em matéria de ajustamento estrutural.

Moeda forte

P. — Um dos aspectos da economia cabo-verdiana que faz alguma confusão, nomeadamente aos emigrantes do país, é o escudo cabo-verdiano valer o dobro do português. Continua a defender uma moeda nacional forte?

R. — Em 1977, quando o escudo cabo-verdiano foi criado, o seu valor era igual ao do escudo português. Na altura Portugal aplicou uma política de desvalorização lenta e contínua da sua moeda como resultado das conversações com o FMI. Nós adoptámos uma política própria, em que o valor do escudo cabo-verdiano era fixado em função de um cabaz de moedas.

Estudámos vários casos, dentre os quais os critérios adoptados pela Argélia.

P. — Com a convertibilidade, acha que poderá haver a tentação de equiparar o valor do escudo cabo-verdiano ao escudo português?

R. — Não será uma questão simples, porque poderia trazer muitos problemas ao cidadão residente em Cabo Verde e ter-se-ia de encontrar uma forma de o compensar. Os salários, os preços e o câmbio teriam de ser aumentados para cerca do dobro. Na verdade, esta é uma questão mais psicológica do que propriamente económica ou financeira. Além disso, não é só o desejo dos cabo-verdianos residentes em Portugal que conta, mas sim toda a economia cabo-verdiana.

P. — Como vê neste momento as relações entre Portugal e Cabo Verde?

R. — Foram sempre boas. A independência não foi obtida sem conflitos, e mesmo assim nós conseguimos gerir as relações com Portugal da melhor forma. E inclusive trabalhamos para que as relações de Portugal com as outras antigas colónias não se deteriorassem tanto. Fomos pioneiros nisso.

P. — No congresso do PAICV estiveram presentes o PS e o PCP. Os outros partidos portugueses não foram convidados?

R. — Não.

P. — Não pretende ter

relações, por exemplo, com o PSD?

R. — Não excluimos essa possibilidade. Temos relações com pessoas importantes no PSD. Por exemplo, com o dr. Durão Barroso. Parece-me que terá havido alguma incompreensão do PSD com a nossa entrada para a Internacional Socialista. Antes disso cheguei a assistir a reuniões do PSD e do Partido Liberal Alemão. Nunca tive a oportunidade de esclarecer essa questão com os responsáveis do PSD, mas eles devem entender a nossa opção: estamos na Internacional Socialista e é natural que nós estejamos mais próximos, em Portugal, do PS.

P. — Vai haver eleições autárquicas em Portugal e os emigrantes cabo-verdianos vão poder votar. O PAICV vai ajudar os seus aliados (PS e PCP) na mobilização do chamado voto cabo-verdiano?

R. — Nós não queremos criar problemas aos cabo-verdianos em Portugal. Por isso não gostaríamos que fossem vítimas da competição política nesse país. Preferimos que optem, individualmente, pelas listas que acharem que melhor servem os seus interesses e que tomem os cuidados que entenderem. Vamos apenas procurar ajudar a criar as condições para que os cabo-verdianos participem politicamente porque achamos que eles ganham com isso. ■

Afro-Notícias

□ INFORMATIVO ELETRÓNICO

DO CEAA

SOBRE O BRASIL

AFRO-BRASILEIRO

Fique ligado

Informe-se pelo telef.

(021)531-2636

estudos

AFRO-ASIÁTICOS 31

já à venda

Ligue (021)531-2636

PP acusa Governo de cedências ao MPLA

TERESA OLIVEIRA *

EXPRESSO, 4.10.97

*com MARIO RAMIRES e ORLANDO RAIMUNDO
O LÍDER do PP, Manuel Monteiro, afirma que, depois do encontro de ontem com o primeiro-ministro, vai «esperar» para ver se o Governo vai cumprir «o que ficou acordado na reunião».

Segundo o dirigente do Partido Popular, o Executivo prometeu manter «contactos e iniciativas» por forma a que as jornadas parlamentares conjuntas «venham a ser realizadas». Na reunião foi também prometido que seriam feitos esforços «nomeadamente no que diz respeito a um cabal esclarecimento desta situação».

De acordo com o presidente popular, ficou ainda «garantido» que na deslocação que o secretário de Estado José Lamego fará a Luanda (e que tem início amanhã) o assunto «não será esquecido» e «ficou claro» que se o líder da bancada da UNITA, Abel Chivukuvuku, «vier nos próximos dias a Portugal» será «recebido pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros» em representação do Governo.

Nem protesto nem explicações

Em declarações no final da reunião com a delegação do Partido Popular, Lamego admitiu ter «tomado conhecimento» da iniciativa do PP em realizar as jornadas conjuntas e ter solicitado ao embaixador de Portu-

gal em Angola que prestasse «todo o apoio», tendo elogiado as «intenções do PP».

Em declarações ao EXPRESSO, o secretário de Estado confirmou o empenhamento do Governo em «continuar a contribuir para o desanuviamento desta questão», considerando, porém, que nada justifica outras iniciativas do Executivo, designadamente quanto a eventuais protestos ou pedidos de justificação a Luanda.

Manuel Monteiro afirma, por seu turno, que há questões concretas «relevantes e importantes» que «não foram abordadas» na comunicação pública de José Lamego e «que foram assumidas na reunião».

E termina: se não as referiu ou é porque «ninguém lhas perguntou» ou porque «entendeu omiti-las».

Sampaio considera a questão «importante»

Logo no dia em que o embaixador de Angola em Lisboa informou Maria José Nogueira Pinto de que a participação da delegação de deputados do PP nas jornadas parlamentares conjuntas com a UNITA era considerada um acto «inoportuno» e «hostil», Monteiro pediu audiências ao Presidente da República e ao primeiro-ministro.

A audiência com Jorge Sampaio realizou-se na quarta-feira e a Presidência fez saber que iria «pedir informações» ao primeiro-ministro. E, no dia se-

guinte, após o regresso de António Guterres de Inglaterra, Sampaio informou-o de que considerava a questão «importante», uma vez que estava em causa «uma representação parlamentar e não apenas partidária» e, por isso, com «dignidade de Estado».

Para a Presidência, o Protocolo de Lusaka «distingue claramente» o partido político UNITA e o grupo parlamentar da UNITA, o que significa que a posição de Luanda «teria justificação» se estivesse em causa um encontro partidário entre o PP e a UNITA.

De acordo com o mesmo órgão de Estado, no entanto, a questão é «completamente diferente» quando se trata de «encontros a nível de grupo parlamentar».

Segundo Manuel Monteiro, a intenção de realizar as jornadas parlamentares conjuntas foi comunicada a «toda a gente, cá e lá». E, em resposta nomeadamente ao presidente da Assembleia da República Popular de Angola, Roberto Victor de Almeida — para quem a UNITA «não exerce a actividade partidária legalmente em Angola» —, afirma que ninguém disse aos populares que o grupo parlamentar da UNITA «não tinha direitos».

PP passa do voto à declaração de protesto

Na próxima semana, Maria José Nogueira Pinto apresentará na Assembleia da República

uma declaração de protesto contra o Governo de Angola. A decisão surgiu depois de ter sido ponderado um voto de protesto (que, a ser aprovado, vincularia o Parlamento português ao contrário da mera declaração).

Uma fonte popular adiantou que «estava tudo preparado» para a apresentação do voto na semana passada, o que só não aconteceu porque Lamego, na terça-feira, «pediu para esperar 48 horas» porque estava a ser «negociado um pedido de desculpas do Governo angolano». Uma iniciativa que o secretário de Estado apenas confirma quanto ao pedido de adiamento: «Dissuadi e continuarei a dissuadir qualquer acção de protesto, que, estou absolutamente convencido, nunca acontecerá».

O PSD ainda não tem posição sobre o assunto. O líder da bancada social-democrata, Marques Mendes, confirma que foi contactado por Nogueira Pinto, mas que lhe comunicou que o seu partido só irá «tomar uma decisão na segunda-feira». O EXPRESSO apurou que na tomada de posição do PSD será tido em conta o facto de o PP não ter apoiado o voto de protesto que os sociais-democratas apresentaram contra o Governo quanto à expulsão do embaixador de Portugal em Pretória.

Tudo indica que com o PCP os populares não poderão contar. Para o líder da bancada comunista, Octávio Teixeira, «não se vêem razões justificativas para um voto de protesto».

Soares reúne quadros angolanos no Porto

EXPRESSO, 4.10.97

O FÓRUM dos Jovens Angolanos em Portugal vai reunir no Porto, entre 9 e 11 de Outubro, dirigentes políticos do Governo de Angola, do MPLA, da UNITA e da FpD (Frente para a Democracia de Angola — a oposição não armada ao regime de Luanda), numa iniciativa que pretende mobilizar a geração da diáspora para os problemas da reconstrução do país no pós-guerra. Organizado pela Associação dos Estudantes Angolanos de Portugal, de parceria com as juventudes partidárias da UNITA e do MPLA e o patrocínio da Fundação Mário Soa-

res, o Fórum conta com a participação do ex-Presidente da República e de Adriano Moreira, além de outras personalidades da vida pública e portuguesa.

Os organizadores pretendem garantir «uma imagem de marca» capaz de transformar o encontro do Porto numa iniciativa política visando a criação de uma plataforma de diálogo entre as diferentes forças do xadrez político angolano e os quadros no exterior. E se o lema «Angola Unida na sua Diversidade» reflecte a preocupação de dar resposta aos receios que têm vindo a avolumar-se quanto a um even-

tual ressurgimento da guerra face às pressões da ONU para o cumprimento do Acordo de Lusaka, por parte da UNITA, pretende também resumir a necessidade da reconciliação nacional como um factor crucial para uma estratégia de desenvolvimento económico.

Tendo como pano de fundo um acto de boa vontade — a que não será alheia a diplomacia portuguesa — e que se consubstancia na dilatação do prazo concedido pela ONU para a aplicação de sanções à UNITA por incumprimento de algumas das cláusulas do acordo, o Fórum vai pro-

porcionar visibilidade às propostas da significativa representação de governantes e políticos angolanos que se deslocará ao Porto.

Continua na pág. seg.

Afro~ Notícias

□ INFORMATIVO
ELETRÓNICO
DO CEEA
SOBRE O BRASIL
AFRO-BRASIL FICOU

Governo e UNITA 'arranjam' diamantes

EXPRESSO, 4.10.97

«SAVIMBI ganhou a guerra dos diamantes», afirmou Calu Monteiro, um desencantado ex-funcionário da Diamang, depois da perda de um filho envolvido desde 1992 na «guerra do garimpo». Monteiro reagiu assim à entrega da bacia do Cuango pela UNITA ao Governo, baseado numa conversa entre militares de alta patente, frequentadores assíduos da «lanchonete» do seu primo Mariano.

Savimbi pode queixar-se de ter «perdido», para José Eduardo dos Santos, a estratégica base aérea do Negage, na província do Uíje, que faz fronteira, a norte, com a República Democrática do Congo.

Mas, em contrapartida, pode esfregar as mãos de contente por ter garantido a penúltima jóia diamantífera que lhe «tirava o sono» — uma participação na Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM), com concessões na zona do Luzamba. A SDM, uma sociedade formada pela governamental Endiama, pela brasileira Odebrechet e

pela australiana Astom Mines, passa assim a ter um quarto parceiro, que fica com uma participação de 25 por cento: a Sociedade Geral de Minas (SGM), a primeira empresa de exploração de diamantes criada pela UNITA.

Ao abrigo deste «arranjo» e através da participação da SGM na SDM, a UNITA prepara-se para deter igual quota na exploração de uma outra «jóia» diamantífera — a do Louremo, na Lunda Norte, na bacia do Cuango. Nas negociações directas com a Endiama estão envolvidos Abel Chivukuvuku, líder da bancada parlamentar da UNITA, Isafas Samakuva, chefe da UNITA na Comissão Conjunta, e o ministro angolano do Comércio, Vitorino Hossi.

A propósito, um alto funcionário do gabinete do primeiro-ministro França Van-Dunen afirmou ao EXPRESSO: «Está-se perante um arranjo entre o Go-

Continua na pág. seg.

Continuação da pág. anterior

Soares reúne quadros angolanos no Porto

Abel Chivukuvuku (UNITA) e Filomeno Vieira Lopes (FpD) terão a seu cargo o painel sobre a Reconciliação Nacional, enquanto do Governo de Luanda intervirão o ministro do Planeamento, Emmanuel Carneiro, e os seus congéneres da Indústria, do Comércio e da Educação. Da parte portuguesa, marcará presença o secretário de Estado da Juventude António José Seguro e associações empresariais in-

teressadas na área da cooperação. O painel económico reúne nomes como Deus Pinheiro e Fátima Roque e múltiplos quadros universitários angolanos. Como objectivo estratégico, está presente a intenção de uma jovem geração começar a preparar um novo tipo de poder, eficaz quanto aos desafios do pós-guerra e alicerçado num sistema democrático.

CONCEIÇÃO BRANCO

UNITA não perdoa adiamento

EXPRESSO, 4.10.97

GUSTAVO COSTA correspondente em Luanda

A DECISÃO das autoridades de Luanda vetarem a vinda dos deputados do PP para participar em jornadas parlamentares conjuntas com a UNITA continua a ser alvo de polémica em diversos quadrantes políticos na capital angolana. O argumento invocado pelo Governo, assente numa alegada «falta de garantias de segurança» para os parlamentares portugueses, franceses, irlandeses e holandeses, foi mal «digerido» em diversas áreas da oposição, que sustentam que a decisão do MPLA representa «um verdadeiro tiro na democracia». A UNITA, segundo apurou o EXPRESSO, vai exigir explicações ao Parlamento sobre esta decisão, que qualifica como «medida discriminatória» do partido governamental. O movimento do «Galo Negro» ao ver ainda vetada a publicação de um anúncio publicitário no único matutino do país, o oficioso «Jornal de Angola», vai igualmente apresentar os seus protestos contra um gesto que «corta a liberdade de imprensa e simboliza a manipulação a que os órgãos de comunicação social do Estado estão sujeitos por parte do MPLA».

Luanda, que vivia em expectativa ante a possibilidade de o Conselho de Segurança aplicar um segundo pacote de sanções à UNITA, considera que seria «politicamente inoportuna» a realização destas jornadas naquela altura. «Houve ingenuidade na tomada desta decisão, uma vez que, à partida, já se sabia que a UNITA não iria ser sancionada pela comunidade internacional», disse ao EXPRESSO uma fonte independente.

Mendes de Carvalho, deputado do MPLA, argumenta, por sua vez, que «as jornadas não foram canceladas mas apenas adiadas» e que «não nos parecia amistoso que o PP viesse naquela altura fazer campanha política a favor da UNITA». Luanda sustenta que a UNITA, ao assumir-se como partido armado, ainda não reuniu condições para exercer normalmente actividade política. Em diversos círculos da sociedade civil, sugere-se que a UNITA, sujeita a «engolir ainda muitos sapos» na difícil coabitação com o MPLA, terá de inflectir rapidamente a sua estratégia para evitar futuras «minas e armadilhas» do partido governamental.

«É preciso que eles se transformem por completo num partido civil e permitam que os outros partidos exerçam actividade política nas zonas sob o seu controlo», advertiu uma fonte do MPLA. Mas a opção do MPLA de dar o dito por não dito, depois de ter previamente autorizado a realização das jornadas parlamentares, provocou ainda maior irritação na bancada parlamentar da UNITA por ter sido tomada «por orientação do Governo», transformando-se desta forma, numa ingerência do poder executivo nos assuntos internos da assembleia nacional. António Kapapelo, jurista e deputado da UNITA, denunciou neste sentido a existência em Angola de dois governos paralelos. «Temos um governo fictício que é o GURN e temos outro Governo instalado no Futungo de Belas, que é dirigido por seis pessoas, que detém na verdade o poder absoluto sobre os destinos do país», denunciou aquele parlamentar do movimento de Jonas Savimbi.

FATIMA ROQUE

Entrevista de NICOLE GUARDIOLA

Angola: o regresso ao futuro

PÚBLICO, 4.10.97

O LIVRO de Fátima Roque sobre o futuro possível da economia angolana, já em 2ª edição entre nós, é agora publicado em inglês e vai ser apresentado internacionalmente, numa versão reformulada e com novo prefácio. Ouvimos a economista e ex-militante da UNITA, num momento politicamente crucial.

EXPRESSO — Ao apresentar, em Julho, a 1ª edição portuguesa de Construir o Futuro em Angola, declarou que este livro encerrava um capítulo da sua vida. Porquê?

FATIMA ROQUE — Acompanhei durante muitos anos a evolução da situação económica de Angola. Achei importante passar ao papel o resultado desta experiência, para a pôr à disposição das gerações mais novas. Foi um capítulo bastante longo da minha vida, vivido com intensidade, emoção, muitas expectativas e alguma dor. Um capítulo que acabou quando a UNITA me expulsou.

EXP. — O fim do seu empenhamento político ou apenas

da militância na UNITA?

F.R. — Sou angolana, amo a minha terra e estou mais disponível do que nunca para dar o meu contributo para construir o futuro de Angola, mas de uma forma diferente. Continuo a apoiar os defensores da paz, os excluídos, os menos favorecidos da sociedade angolana. Não sou militante da exclusão.

EXP. — Não pensa aderir a outro partido?

F.R. — A palavra nunca não faz parte do meu vocabulário, e já fiz coisas que pareciam impossíveis. Não consigo imaginar-me militando no partido A ou B. Mas se o fizesse seria sempre em Angola. Nunca votei em nenhum outro país. Sou uma acérrima militante de Angola!

EXP. — A UNITA acusa os dissidentes de se terem «vendido» ao MPLA, e Fátima Roque não ignora os boatos postos a circular acerca de supostos negócios entre o Governo de Angola e o Banif, de que Horácio Roque é o sócio maioritário...

F.R. — Não sou dissidente! Não saí, fui expulsa por dizer certas verdades, o que me enche de orgulho. A minha intenção nunca foi defender determinadas pessoas - muitas das quais continuam a merecer o meu respeito - mas lutar por uma causa, um ideal. Continuei a lutar pela liberdade, a democracia, a justiça social. Fora da UNITA, mas dentro de Angola.

EXP. — Outros dirigentes da UNITA tiveram de fugir porque foram presos, maltratados, ou porque temiam pelas suas vidas e as dos seus parentes, como aconteceu recentemente com Eugénio Manuvakola, ex-secretário-geral da UNITA e signatário do Protocolo de Lusaka.

F.R. — Aqueles que tiveram a coragem de ter ideias diferentes, de as expor e de querer discuti-las sem constrangimentos pagaram um preço elevado. Quanto a mim, penso que valeu a pena. Se tivesse de voltar atrás, faria e diria as mesmas coisas. As pessoas passam, o país fica. Temos de construir uma nação, e a nação é perene.

EXP. — Desenvolvimento e democracia estão interligados, mas inúmeros exemplos, históricos e recentes, provam que é muito difícil levar a cabo ambas as tarefas ao mesmo tempo.

F.R. — Outros países, de todos os continentes, fizeram uma coisa de cada vez. Na Europa, a democracia surgiu quando a economia tinha atingido um certo desenvolvimento, após a Revolução Industrial. Em Angola, temos uma grande ambição: desenvolver economicamente o país e democratizá-lo simultaneamente. Poucos países o têm conseguido, mas, se houver paz e reconciliação genuínas, Angola pode fazê-lo, porque tem condições especiais, ímpares. Dispõe de enormes recursos naturais, está situada na região mais dinâmica e rica de África. Precisamos de investir muito nos recursos humanos, na educação, na saúde e no fortalecimento da sociedade civil. Sem isto, dificilmente os angolanos conseguirão as políticas que respeitem os seus direitos em matéria de liberdades e garantias.

EXP. — Faz um diagnóstico muito severo das mazelas da sociedade angolana, mas o seu livro transmite ao mesmo tempo um sentimento de optimismo...

F.R. — A formação do GURN (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional) encheu-me de esperança, talvez porque o desejei tanto e durante tantos anos. Quando finalmente o GURN tomou posse,

em Abril de 1997, pensei que a convivência e o trabalho conjunto permitiriam ultrapassar os obstáculos, que ainda subsistem. A reconciliação não se decreta, constrói-se.

EXP. — Ficou desiludida?

F.R. — A situação é muito difícil, em termos sociais, económicos e institucionais, mas há uma luz ao fundo do túnel. Segundo as notícias que recebo, as pessoas estão a dar-se bem, há um entrosamento entre ministros do MPLA, da UNITA e dos outros partidos. Era preciso começar por algo e a ideia do GURN foi feliz. É preciso acreditar para que as coisas aconteçam.

EXP. — Mas voltou-se a falar de riscos de guerra. Não se pode pedir a um povo que viveu os últimos anos num vaivém entre esperança e desespero que confie no futuro e aposte em projectos a médio ou longo prazo.

F.R. — Ainda não surgiu um líder capaz de unir o povo em torno de um grande projecto nacional. Em Angola, há Estado - quase se poderia dizer dois estados! -, não há nação. Precisamos de decidir o nosso destino, o nosso objectivo como nação, o lugar que queremos ocupar, na África Austral e no mundo. Neste momento, o nosso futuro está nas mãos de dois homens, o Presidente da República, eng.º José Eduardo dos Santos, e o presidente do maior partido da oposição, dr. Jonas Malheiro Savimbi. Toda gente diz que é muito importante que se voltem a reunir, mas é preciso definir primeiro qual é o objectivo da reunião. Se for como em ocasiões anteriores, para fazer acordos que não se cumprem ou discutir a partilha dos diamantes, não vale a pena. É melhor que não se encontrem!

EXP. — Quando fala da economia angolana, refere-se obviamente à parte do país que está sob a administração do Governo. Segundo a UNITA, esta parte é muito diminuta e abrange apenas Luanda, a franja litoral e algumas capitais de províncias. O resto está sob o controlo da UNITA.

F.R. — Mas qual é esta UNITA que controla regiões, que tem minas de diamantes? Não é a mesma que faz parte do GURN? A UNITA e o MPLA continuam a falar um do outro como se fossem inimigos, quando já não são sequer adversários, pois fazem parte do mesmo Governo.

EXP. — A realidade, po-

Continuação da pag. anterior

Governo e UNITA

'arranjam' diamantes

verno e a UNITA para solucionar, de uma vez por todas, a questão da guerra dos diamantes. Depois veremos qual será o último argumento que a UNITA vai utilizar para atrasar a aplicação da fase final do protocolo de Lusaka.

Oficialmente, tanto dirigentes do MPLA como da UNITA recusam assumir o «arranjo». No entanto, uma fonte do Galo Negro que pediu anonimato disse ao EXPRESSO que «a partir deste acordo far-se-á a revisão de outras nossas possessões diamantíferas».

Decepção e reacção

Após ter garantido a sua presença no Luzamba, Savimbi tem ainda pela frente a «batalha» mais difícil — a desmilitarização completa da sua organização e o regresso a Luanda. Uma delegação da UNITA, chefiada por Correia Vítor, secretário-geral-adjunto, encontrase desde ontem na capital para tratar das instalações da organização.

Depois da «decepção

geral» que constituiu, para o Governo, o adiamento da aplicação das sanções pelo Conselho de Segurança (CS) da ONU, a ala dura do regime de Luanda começou a «mexer-se».

Não perdoa o insucesso da presença em Washington, durante a reunião do CS, de cinco embaixadores enviados por José Eduardo dos Santos para contrariar a maior «incoerência diplomática» de Ezequiel Samakuva, que conseguiu o adiamento. E tudo indica, vai endurecer a sua posição em relação às novas «zonas cinzentas» que vierem a ser despoletadas até ao próximo dia 30 pela organização de Jonas Savimbi.

«Com ou sem sanções, as brincadeiras acabarão a partir daí porque estamos cansados de contar armas de borracha e receber soldados andrajosos enquanto a elite militar permanece escondida», advertiu uma fonte militar do Governo.

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

Continua na pag. seg.

ÁFRICA DO SUL

O momento da verdade histórica

EXPRESSO, 4.10.97

A ÁFRICA do Sul ultrapassou esta semana um ponto de não retorno com o fim do prazo fixado para a amnistia dos crimes políticos cometidos por e contra o regime de «apartheid». O antigo Presidente P. W. Botha, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, e a actual dirigente da Liga das Mulheres do ANC, Winnie Mandela, podem agora enfrentar acusação judicial se as investigações em curso revelarem que estiveram directamente envolvidos em alguns dos milhares de crimes políticos cometidos entre finais dos anos 80 e princípios dos anos 90.

Qualquer criminoso político que tivesse apelado antes da meia-noite de terça-feira poderia, legalmente, ser amnistiado, desde que apresentasse uma confissão completa dos seus crimes e estes tivessem tido motivação política.

Fase mais agressiva

Mas a maioria dos dirigentes do Partido Nacional, exclusivamente branco do ponto de vista formal, incluindo P.W. Bo-

tha e o seu sucessor na Presidência, F.W. De Klerk, desmentiram sempre qualquer mau comportamento e recusaram abordar a Comissão da Verdade e Reconciliação do arcebispo Desmond Tutu, para solicitar amnistia. A Comissão confirmou que só uma figura de proa do Partido Nacional — que se julga ser o antigo ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok — se encontrava entre os 73 datários cujos pedidos entraram na terça-feira.

Os comentadores sul-africanos encaram as recentes convocações como o primeiro indício de uma nova e mais agressiva abordagem da Comissão da Verdade. Na terça-feira, horas antes de entrar em funcionamento, foram convocadas várias pessoas com vocação para crimes políticos, incluindo P.W. Botha, para comparecerem ainda este mês e explicarem o seu alegado papel nos conflitos violentos que marcaram os últimos anos do regime de «apartheid».

Embora a Comissão não tenha poderes para punir os responsáveis, as provas que

descobrir podem ser usadas quer em processos cíveis quer criminais contra os implicados. A informação que compilar será utilizada para elaborar um relatório detalhado sobre o conflito do «apartheid» e para recomendar medidas destinadas a reconciliar a sociedade racialmente dividida da África do Sul e compensar as vítimas.

Uma abordagem dura da Comissão é Winnie Mandela, a ex-mulher do Presidente Nelson Mandela e actual candidata à vice-presidência pelo ANC. No fim-de-semana passado, a Comissão obrigou-a a passar dois dias numa sessão fechada de interrogatório sobre uma série de assassinatos alegadamente levados a cabo pelo seu grupo de guardas-costas, denominado «Mandela Unidos», em finais dos anos 80. No próximo mês, terá de repetir a experiência em público, acareada com testemunhas que deverão implicá-la em nove crimes.

EDWARD O'LOUGHLIN
correspondente em Joanesburgo

Continuação da pág. anterior

Angola: o regresso ao futuro

rém, é que existem fronteiras interiores, que ninguém (nem a ONU) pode circular livremente de um lado para o outro, e que se sabe muito pouco acerca da organização económica existente nas áreas que escapam à administração do Estado.

F.R. — Tanto quanto me apercebi nas inúmeras vezes que fui às zonas controladas pela UNITA, não existe nenhum tipo de organização económica como tal. Não há fábricas, lojas, restaurantes. A direcção da UNITA desenvolveu uma economia de guerra, de sobrevivência. Por outro lado, considera que faz parte das suas obrigações «cuidar» do seu «povo» — seja qual for o sentido que se queira dar à palavra «cuidar». São civis, mulheres e crianças, mas sobretudo os militares, dezenas de milhares de famílias que sempre dependeram totalmente da UNITA para sobreviver. Para que haja paz e estabilidade em Angola, é preciso ter este problema em conta e arranjar fórmulas inovadoras para o resolver. Dependem totalmente da UNITA.

EXP. — Mas a UNITA

quer controlar também este processo de reinserção dos «seus» desmobilizados. Muitas vezes, as ajudas da comunidade internacional, os subsídios pagos aos desmobilizados são «recuperados» pelo partido.

F.R. — É a razão pela qual a extensão da administração do Estado à totalidade do território tem de se fazer o mais urgentemente possível. É preciso saber quem manda, de onde e para quê. Não haverá reconstrução, desenvolvimento, enquanto não houver um único Estado, uma única nação.

EXP. — O Conselho de Segurança da ONU acaba de conceder à UNITA uma moratória de 30 dias para completar a extensão da administração e a desmobilização das suas tropas.

F.R. — Mais importante que a moratória é saber como usar o tempo adicional de forma eficiente e construtiva, para aproximar a UNITA e o Governo na resolução dos problemas que ainda existem. Se não forem dados passos concretos, o adiamento das sanções terá sido uma perda de tempo. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos (BRASIL) - Assembleia do Conjunto 50 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021) 531-2000, Ramal 250 - 531-2036. We ask for exchange. M-B-100888 F-28141

COLIN DARCH (1)
University Library
University of the Western Cape
Private BAG X-17,
Bellville 7535

EX 00000-000 Africa do Sul

IMPRESSO